

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do
auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 2634S-044-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 20204	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Central Geradora Eólica Colibri S.A.
Caldeirão Grande do Piauí – PI

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Eólica Colibri S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Geradora Eólica Colibri S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foi conduzido sobre a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificações em 26 de março de 2025.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

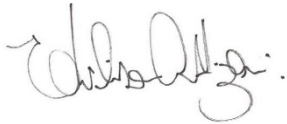
- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Ednilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Ativo

	Notas	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.135	1.626
Contas a receber de clientes	5	1.082	847
Estoque de peças para manutenção da usina		21	3
Adiantamentos a fornecedores		1	18
Despesas pagas antecipadamente		21	25
Total do ativo circulante		3.260	2.519
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes	5 e 7	1.471	1.809
Partes relacionadas	7	73	-
		1.544	1.809
Imobilizado	6	43.995	46.729
Intangível		107	166
Ativo de direito de uso	8	1.718	1.772
		45.820	48.667
Total do ativo não circulante		47.364	50.476
Total do ativo		50.624	52.995

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	2025	2024
Passivo circulante			
Fornecedores		84	98
Impostos e contribuições a recolher		83	67
Imposto de renda e contribuição social a pagar		143	132
Partes relacionadas	7	7.361	6.079
Licenças ambientais de instalação e operação		80	75
Arrendamentos	8	194	167
Total do passivo circulante		7.945	6.618
Passivo não circulante			
Impostos e contribuições diferidos		60	53
Partes relacionadas	7	67.235	74.371
Arrendamentos	8	1.767	1.682
Licenças ambientais de instalação e operação		59	113
Provisão para desmantelamento	9	119	114
Total do passivo não circulante		69.240	76.333
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	10		
Capital social		13.545	13.545
Prejuízos acumulados		(40.106)	(43.501)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(26.561)	(29.956)
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		50.624	52.995

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Demonstrações do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	11	24.018	16.099
Custos dos serviços		(19.149)	(13.290)
Custos de operação	12	(2.579)	(2.705)
Depreciação do imobilizado	6	(2.763)	(2.755)
Depreciação do ativo de direito de uso	8	(77)	(77)
Amortização do intangível		(60)	(60)
Compra de energia elétrica	13	(11.617)	(5.871)
Encargos de uso da rede elétrica	14	(2.053)	(1.822)
Lucro bruto		4.869	2.809
Despesas operacionais		(523)	(621)
Serviços de terceiros		(269)	(462)
Despesas administrativas		(214)	(130)
Despesas com viagem		(2)	-
Impostos e taxas		(18)	(29)
Outras receitas operacionais		(20)	-
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras		4.346	2.188
Resultado financeiro	15	(137)	(9)
Receitas financeiras		257	302
Despesas financeiras		(394)	(311)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		4.209	2.179
Imposto de renda e contribuição social - correntes	16	(814)	(588)
Lucro líquido do exercício		3.395	1.591

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	3.395	1.591
Total dos resultados abrangentes do exercício	3.395	1.591

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2023		13.545	(45.092)	(31.547)
Lucro do exercício absorvido por prejuízos acumulados	10 (b)	-	1.591	1.591
Em 31 de dezembro de 2024		13.545	(43.501)	(29.956)
Lucro do exercício absorvido por prejuízos acumulados	10 (b)	-	3.395	3.395
Em 31 de dezembro de 2025		13.545	(40.106)	(26.561)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		4.209	2.179
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos com o fluxo de caixa			
Depreciação do imobilizado	6	2.763	2.755
Depreciação do ativo de direito de uso	8	77	77
Amortização do intangível		60	60
Atualização financeira sobre provisão para desmantelamento	9 e 15	72	75
Atualização financeira sobre licença ambiental de operação	15	5	-
Atualização financeira sobre ICMS diferido	15	8	-
Ajuste a valor presente – provisão para desmantelamento	9 e 15	(67)	(51)
Ajuste a valor presente – passivo de arrendamentos	8-15	288	197
Ajuste a valor presente – passivo de licença ambiental de operação	15	15	20
Ajuste a valor presente – ICMS diferido	15	(1)	-
		7.429	5.312
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		103	113
Impostos e contribuições a recuperar		(44)	1
Adiantamentos a fornecedores		17	7
Estoque de peças para manutenção da usina		(18)	80
Partes relacionadas		(73)	3
Despesas pagas antecipadamente		4	(3)
		(11)	201
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Fornecedores		(14)	(18)
Impostos e contribuições a recolher		16	(32)
Partes relacionadas		(3)	11
Outras contas a pagar		-	(38)
		(1)	(77)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		7.417	5.436
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos		(759)	(503)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais		6.658	4.933
Atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	6	(29)	(70)
Aquisição de intangível		(1)	-
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento		(30)	(70)
Atividades de financiamento			
Pagamento de passivo de arrendamentos	8	(199)	(197)
Pagamento de passivo de licença ambiental de operação		(69)	(47)
Partes relacionadas	7	(5.851)	(6.068)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(6.119)	(6.312)

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa		509	(1.449)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		1.626	3.075
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		2.135	1.626
Variação em caixa e equivalentes de caixa		509	(1.449)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Central Geradora Eólica Colibri S.A., (“Colibri” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, foi fundada em 29 de novembro de 2010 e possui sede na Serra do Araripe s/n no Município de Caldeirão Grande, Estado do Piauí.

Nos termos de seu Estatuto Social, a Companhia tem por objeto social: (a) estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar a Central Geradora Eólica Colibri.

A Companhia é controlada pela Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A. (“CGER”), uma subsidiária da Ibitu Energias Renováveis S.A., que é controlada pela holding Ibitu Energia S.A. (“Ibitu Energia”), controlada pelo Astra Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP ASTRA”).

a) Operação comercial

Em 17 de agosto de 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) emitiu o despacho nº 2.531, no qual autorizou a Central Geradora Eólica (CGE) Colibri a entrar em operação comercial a partir de 18 de agosto de 2017.

b) Autorização

A Companhia detém junto à ANEEL a seguinte autorização e registro para geração de energia:

	Contrato	Resolução ANEEL autorizativa	Datas de início de suprimento do CER	Prazo de autorização - anos	Capacidade de produção instalada - MW
Venda de Energia Eólica					
Central Geradora Eólica Colibri S.A.	Incentivada	4.394/2013	01.01.16	30	10,8

c) Contrato de energia incentivada

A Companhia possui toda a sua produção contratada com agente de comercialização pelo prazo de 20 anos, a partir de 1 de janeiro de 2016, no âmbito do Leilão de Venda de Energia Eólica Incentivada por meio da Oferta Pública para a Venda de Energia Eólica Incentivada da Éolos, Edital nº 001/2010, de 20 de dezembro de 2010.

De acordo com o contrato, a Companhia está obrigada a entregar um volume fixo de Energia Eólica Incentivada ao comprador, independente do montante de energia elétrica que a fonte geradora contratada tenha gerado ou instruída a gerar, devendo as obrigações do contrato relativas à entrega da Energia Eólica Incentivada serem cumpridas por meio da Garantia Física e/ou, se necessário, por meio de contrato de compra que vier a ser celebrado com terceiros.

Durante o ano de 2025 e de 2024, a Companhia adquiriu energia da comercializadora de energia do Grupo Ibitu no mercado de curto prazo, para suprir parte do contrato (Nota Explicativa nº 7).

1.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 26.561 (R\$ 29.956 negativo - passivo a descoberto - em 31 de dezembro de 2024), e Capital Circulante Líquido (“CCL”) negativo de R\$ 4.685 (R\$ 4.099 em 31 de dezembro de 2024), decorrente, primordialmente, da rubrica “Partes relacionadas”, no passivo circulante, que corresponde a empréstimos contraídos pela Companhia até 2016 e que foram adquiridos dos bancos financiadores pelo controlador indireto da Companhia, APUS FIDC, e, como parte do processo de reestruturação do Grupo Ibitu, em novembro de 2020 a dívida foi convertida em mútuo não oneroso com a controladora Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A., no montante de R\$ 95.317, correspondente ao saldo de R\$ 74.588 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 80.439 em 31 de dezembro de 2024), conforme Nota Explicativa nº 7.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

No encerramento do exercício de 2025, a Companhia registrou lucro líquido no exercício de R\$ 3.395 (R\$ 1.591 em 31 de dezembro de 2024) e reportou fluxo de caixa operacional líquido positivo de R\$ 6.658 (R\$ 4.933 em 31 de dezembro de 2024).

Com base nesses indicadores, a Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e concluiu que existem recursos e geração de caixa operacional suficientes para liquidar suas obrigações e manter suas atividades em um futuro previsível. Adicionalmente, a Administração não identificou incertezas materiais que pudessem gerar dúvidas significativas sobre a continuidade operacional. Portanto, as presentes demonstrações financeiras foram elaboradas sob o pressuposto de continuidade operacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, bem como os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes; portanto, o único item do resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como capacidade instalada de produção de energia, dados contratuais, projeções, seguros e informações ambientais, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 13 de março de 2026.

2.2. Declaração de relevância

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia aplicou a Orientação Técnica OCPC 07 (R1), com o objetivo de evidenciar principalmente as informações relevantes que auxiliem os usuários na tomada de decisões, sem prejuízo ao atendimento dos requerimentos mínimos exigidos. Adicionalmente, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas e são consistentes com aquelas utilizadas na gestão do negócio.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando o real (R\$), que é a moeda do ambiente econômico em que a Companhia opera, sendo também sua moeda funcional. Todos os valores apresentados em reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, inclusive com apoio de assessores jurídicos, para determinar os valores adequados para o registro de certas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Tais julgamentos, estimativas e premissas são revisados pelo menos anualmente, e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Os julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras referem-se aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do imobilizado (Nota Explicativa nº 6);

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (Nota Explicativa nº 8);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (Nota Explicativa nº 3.7);
- Provisão para cumprimento das obrigações ambientais;
- Provisão para desmantelamento de ativos (Nota Explicativa nº 9); e
- Provisão para contingências (Nota Explicativa nº 17).

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos para atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros.

3.2. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial em outra.

i) Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação depende das características contratuais dos fluxos de caixa do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para gerenciá-los. Exceto para contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento (ou quando aplicado o expediente prático), os ativos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis (quando não classificados ao valor justo por meio do resultado).

Para classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os fluxos de caixa devem ser exclusivamente pagamentos de principal e juros (“teste SPPI”). Ativos que não atendem a esse critério são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos contratuais, da venda dos ativos ou de ambos.

Compras e vendas regulares são reconhecidas na data da negociação.

Os ativos financeiros da Companhia incluem, entre outros, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, cauções e depósitos vinculados e saldos com partes relacionadas.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas no desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

c) Classificação e mensuração

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados, para mensuração subsequente, ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Os ativos ao custo amortizado são mensurados pelo método da taxa de juros efetiva e estão sujeitos a *impairment*. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou sofre redução ao valor recuperável. Incluem contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores e saldos com partes relacionadas.

Valor justo por meio do resultado

São apresentados pelo valor justo, com variações líquidas reconhecidas no resultado.

d) Desreconhecimento

Ocorre quando expiram os direitos aos fluxos de caixa ou quando a Companhia transfere substancialmente riscos e benefícios ou perde o controle do ativo.

e) Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

A Administração revisa anualmente os ativos para identificar evidências de *impairment*. Caso identificadas e o valor contábil exceda o recuperável, constitui-se provisão.

Não foram identificadas evidências de *impairment*.

ii) Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

São inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido ou deduzido dos custos de transação diretamente atribuíveis (exceto para os classificados ao valor justo por meio do resultado).

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, saldos com partes relacionadas, dividendos e arrendamentos, entre outros.

b) Mensuração subsequente

Classificados em duas categorias principais: ao valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, todos os passivos financeiros estão classificados ao custo amortizado, exceto quando atendem às exceções previstas no CPC 48.

c) Desreconhecimento

Ocorre quando a obrigação é liquidada, cancelada ou expira, ou quando há modificação substancial dos termos.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos são compensados e apresentados líquidos quando há direito legal executável e intenção de liquidação líquida ou simultânea.

iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não possui contratos ou operações com instrumentos derivativos, nem adotou contabilidade de hedge nos exercícios de 2025 e 2024.

3.3. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3.4. Estoques de peças para manutenção das usinas

Avaliados pelo menor valor entre custo e valor realizável líquido. Referem-se a materiais para manutenção de equipamentos. O custo inclui aquisição e demais custos necessários para trazer os estoques à condição e localização atuais, atribuídos pelo método do custo médio ponderado. Quando consumidos, são registrados como despesa, não integrando o Ativo Imobilizado.

3.5. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo menos amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, exceto custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, sendo o gasto reconhecido no resultado do exercício em que é incorrido.

A vida útil de ativos intangíveis é classificada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente para redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para verificar se permanece justificável. Caso contrário, a mudança para vida útil definida é aplicada de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido na venda (na data em que o beneficiário obtém o controle do ativo) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros de sua utilização ou venda. Ganhos ou perdas decorrentes do desreconhecimento (diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.

a) Servidão de passagem

As servidões de passagem referem-se a direitos de passagem das linhas de transmissão em faixas que ligam o parque eólico à subestação, localizadas em propriedades particulares urbanas e rurais, constituídos mediante indenização ao proprietário do imóvel.

A amortização das servidões de passagem ocorre linearmente pelo prazo da autorização de geração de energia.

b) Licença ambiental de operação

Após a entrada em operação, a legislação ambiental exige que sejam obtidas as licenças de operação, cujos prazos variam entre 03 e 06 anos. Tendo em vista que as licenças são obtidas antes dos desembolsos necessários para cumprimento de obrigações assumidas na emissão das licenças, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível – licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

3.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, construção ou formação, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O custo inclui gastos diretamente atribuíveis para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, bem como custos de financiamento de terceiros relacionados a ativos qualificados, deduzidos das receitas financeiras eventualmente obtidas com recursos não utilizados.

Custos subsequentes são capitalizados somente quando for provável que gerem benefícios econômicos futuros e possam ser mensurados com confiabilidade. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Reparos e manutenções ordinárias são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica estimada de cada componente, limitada ao prazo da autorização de geração, quando este for menor. Os bens são depreciados a partir da data em que estão instalados e disponíveis para uso (ou, para ativos construídos internamente, a partir da conclusão da construção).

As taxas de depreciação seguem a Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL, que altera as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), aprovado pela Resolução Normativa nº 367/2009, limitadas ao período de autorização.

Ganhos e perdas na alienação ou baixa de itens do imobilizado são apurados pela diferença entre os recursos recebidos e o valor contábil, sendo reconhecidos líquidos em outras receitas ou despesas operacionais.

Os valores residuais, vidas úteis e métodos de depreciação são revisados e ajustados, se necessário, sempre que houver indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

3.7. Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados anualmente para teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil excede o valor recuperável (o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso).

Ativos não financeiros previamente ajustados por *impairment* são subsequentemente revisados para possível reversão da perda na data do balanço.

A Administração avaliou e concluiu que não há indícios de *impairment*.

3.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando: **(a)** a Companhia possui obrigação presente (legal ou construtiva) decorrente de evento passado; **(b)** é provável a saída de recursos para liquidá-la; e **(c)** o valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões registradas referem-se a desmantelamento de ativos e contingências. Não incluem perdas operacionais futuras.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria, benefícios pós-emprego ou remunerações baseadas em ações.

(a) Provisão para desmantelamento

A provisão para desmantelamento do parque eólico considera a obrigação assumida de remover os ativos ao final do contrato de arrendamento das terras. Inicialmente mensurada ao valor justo, é subsequentemente ajustada ao valor presente por mudanças nos fluxos de caixa estimados ou na taxa de desconto. Os custos correspondentes são capitalizados no imobilizado e depreciados ao longo da vida útil remanescente.

(b) Provisão para contingências

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas são prováveis e os valores mensuráveis com suficiente segurança. Contingências possíveis são apenas divulgadas; remotas não são provisionadas nem divulgadas. Obrigações legais são registradas como exigíveis independentemente da probabilidade de êxito, inclusive em processos que questionam a constitucionalidade de tributos.

3.9. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos correntes são mensurados pelo valor esperado de recuperação ou pagamento às autoridades tributárias, com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Impostos correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são registrados no patrimônio líquido.

A Administração avalia periodicamente posições fiscais sujeitas a interpretação e constitui provisões quando apropriado.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social são de 25% (IR) e 9% (CSLL).

Conforme legislação, empresas com faturamento anual inferior a R\$ 78.000 no ano-calendário anterior podem optar pelo lucro presumido, com base de cálculo de 8% (IR) e 12% (CSLL) sobre receita bruta (32% para serviços e 100% para receitas financeiras), aplicando-se as alíquotas regulares.

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia optou pelo regime de lucro presumido.

3.10. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se ele é ou contém arrendamento (direito de controlar o uso de ativo identificado por período em troca de contraprestação).

A Companhia como arrendatária

Aplica abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto curto prazo e baixo valor. Reconhece passivos de arrendamento e ativos de direito de uso.

Ativos de direito de uso

Reconhecidos na data de início, mensurados ao custo (igual ao passivo inicial), deduzido de depreciação acumulada e perdas por *impairment*, ajustado por remensurações do passivo. Incluem custos diretos iniciais e pagamentos antecipados, menos incentivos recebidos. Depreciados linearmente pelo menor período entre prazo do arrendamento e vida útil do ativo. Sujeitos a *impairment* (vide Nota Explicativa nº 3.7).

Passivos de arrendamento

Reconhecidos na data de início pelo valor presente dos pagamentos futuros (fixos, variáveis dependentes de índice/taxa, valores esperados em garantias residuais, menos incentivos). Utiliza taxa incremental de empréstimos da Companhia (taxa implícita não determinável). Subsequentemente, acrescido de juros e reduzido por pagamentos. Remensurado por modificações, mudanças de prazo ou índices.

3.11. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, de encargos e variações monetárias.

3.12. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

3.13. Apuração do resultado

a) Receitas

A receita operacional é mensurada pela contraprestação recebida ou a receber, reconhecida quando (ou à medida que) a Companhia transfere o controle de bens ou serviços ao cliente, refletindo o montante esperado em troca.

Segue o modelo de cinco etapas do CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente): identificação do contrato, obrigações de desempenho, preço da transação, alocação e reconhecimento ao cumprir obrigações.

A receita de venda de energia é reconhecida com base na energia assegurada e tarifas contratuais ou preço de mercado, conforme aplicável.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

b) Custos de serviços

Os custos de serviços de energia elétrica são reconhecidos pelo regime de competência, líquidos de créditos de impostos quando aplicável, e associados diretamente à receita.

Compreendem basicamente gastos com manutenção e operação de equipamentos de geração e instalações elétricas, mão de obra e serviços terceirizados na operação, depreciação de ativos e encargos de transmissão.

3.14. Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras	Tratamento contábil para ausência de conversibilidade/permutabilidade	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e CBIOs, visando consistência nas demonstrações financeiras e conexão com relatórios de sustentabilidade	01/01/2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e concluiu que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência a partir de
IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima	Requisitos gerais e específicos para divulgações de sustentabilidade e riscos climáticos	Adoção voluntária a partir de 2024; obrigatória a partir de 01/01/2026 ou posterior para companhias abertas (conforme cronograma CVM)
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações (equivalente esperado no CPC)	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01/01/2027
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01/01/2026
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (equivalente à IFRS 18)	Nova estrutura do demonstrativo de resultado, princípios de agregação/desagregação e novas divulgações	01/01/2027

A Administração da Companhia está monitorando essas normas e avaliará eventuais impactos quando da sua vigência.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Conta corrente	15	17
Aplicações financeiras - consórcio conexão	-	1
Aplicações financeiras (*)	2.120	1.608
Total	2.135	1.626

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a CDBs de renda fixa, remunerados à taxa média de 100% e 100,22% da variação do CDI, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

5. Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o saldo de contas a receber de clientes refere-se a valores a vencer, decorrentes da liquidação dos contratos de energia incentivada.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos à venda de energia com terceiros é de 20 dias, excetuando-se as transações com partes relacionadas, que são liquidadas sob demanda. Não há montantes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

Nos saldos de contas a receber, incluem-se valores de transações com partes relacionadas (Nota Explicativa nº 7), relativos à venda de energia, com a Ibitu Comercializadora de Energia Ltda., conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
Ativo circulante		
Cemig Geração e Transmissão S.A.	1.082	847
	1.082	847
Ativo não circulante		
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Nota Explicativa nº 7)	1.471	1.809
Total	1.471	1.809

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foi constituída provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), uma vez que não foram identificadas evidências de perdas esperadas na realização das contas a receber. Essa conclusão considera as características do mercado em que a Companhia atua, as garantias e mecanismos de proteção disponíveis, o histórico de recebimentos e a expectativa da Administração.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação dos referidos gastos está sendo executada mensalmente pelo método linear considerando a vida útil efetiva dos bens, com base nas taxas estabelecidas pela ANEEL, limitada ao período da autorização. O quadro adiante demonstra a classificação e a taxa média de depreciação nos termos mencionados:

	Taxa média de depreciação anual %	2025			2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,32%	13.537	(3.689)	9.848	13.538	(3.239)	10.299
Máquinas e equipamentos	4,46%	51.913	(18.566)	33.347	51.843	(16.254)	35.589
Provisão para desmantelamento	0,22%	51	(48)	3	51	(48)	3
Total em serviço		65.501	(22.303)	43.198	65.432	(19.541)	45.891
Em curso							
Adiantamentos a fornecedores		768	-	768	768	-	768
Máquinas e equipamentos		-	-	-	70	-	70
Material em depósito		29	-	29	-	-	-
Total em curso		797	-	797	838	-	838
Total		66.298	(22.303)	43.995	66.270	(19.541)	46.729

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do imobilizado é como segue:

Em 2025	Em 31 de dezembro de 2024	Adições	Transferência	Depreciação	Em 31 de dezembro de 2025
Em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.299	-	-	(451)	9.848
Máquinas e equipamentos	35.589	-	70	(2.312)	33.347
Provisão para desmantelamento	3	-	-	-	3
Total em serviço	45.891	-	70	(2.763)	43.198
Em curso					
Adiantamentos a fornecedores	768	-	-	-	768
Máquinas e equipamentos	70	-	(70)	-	-
Material em depósito	-	29	-	-	29
Total em curso	838	29	(70)	-	797
Total	46.729	29	-	(2.763)	43.995

Em 2024	Em 31 de dezembro de 2023	Adições	Depreciação	Em 31 de dezembro de 2024
Em serviço				
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.751	-	(452)	10.299
Máquinas e equipamentos	37.892	-	(2.303)	35.589
Provisão para desmantelamento	3	-	-	3
Total em serviço	48.646	-	(2.755)	45.891
Em curso				
Adiantamentos a fornecedores	768	-	-	768
Material em depósito	-	70	-	70
Total em curso	768	70	-	838
Total	49.414	70	(2.755)	46.729

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

7. Partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 são como demonstrados a seguir:

	2025	2024
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Nota Explicativa nº 5)	1.471	1.809
Total partes relacionadas - ativo não circulante - clientes	1.471	1.809
Central Geradora Solar Coqueiral S.A. (*)	20	-
Ibitu Energia S.A.	53	-
Total partes relacionadas - ativo não circulante - compartilhamento de despesas pago a maior (*)	73	-
Central Geradora Solar Danúbio S.A.	-	5
Central Geradora Solar Nótus S.A.	-	5
Central Geradora Solar Japurá S.A.	-	1
Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A. (***)	8	-
Total partes relacionadas - passivo circulante - compartilhamento de despesas (a)	8	11
Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.	7.353	6.068
Total partes relacionadas - passivo circulante - mútuo a pagar (b) (**)	7.353	6.068
Total partes relacionadas - passivo circulante (a+b)	7.361	6.079
Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.	67.235	74.371
Total partes relacionadas - passivo não circulante - mútuo a pagar	67.235	74.371
Operações no resultado do ano:		
Receita de venda de energia (A)		
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Nota Explicativa nº 11)	10.255	2.379
Total	10.255	2.379
Custo com compra de energia (B)		
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Nota Explicativa nº 13)	(11.617)	(5.871)
Total	(11.617)	(5.871)
Serviço de consultoria (C)		
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Nota explicativa nº 12)	-	(121)
Total	-	(121)
Contrato de compartilhamento de despesas (D)		
Central Geradora Solar Nótus S.A.	(1)	(8)
Central Geradora Solar Coqueiral S.A.	(2)	(15)
Central Geradora Solar Cruzeiro S.A.	(1)	-
Central Geradora Solar Danúbio S.A.	(136)	(135)
Central Geradora Solar Japurá S.A.	-	(1)
Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.	(377)	-
Ibitu Energias Renováveis S.A.	(100)	(118)
Ibitu Energia S.A.	(918)	(1.646)
Total partes relacionadas - contrato de compartilhamento de despesas	(1.535)	(1.923)

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Custo com pessoal (Nota Explicativa nº 12)	(858)	(1.473)
Despesa serviços de terceiros	(104)	(198)
Despesas com arrendamento	(22)	-
Despesas administrativas	(59)	(122)
Custos compartilhados de subestação, conexão e transmissão do Complexo Caldeirão (Nota Explicativa nº 12)	(492)	(130)
Total	(1.535)	(1.923)
Total partes relacionadas - resultado (A+B+C+D)	(2.897)	(5.536)

(*) Contas a pagar referente a compartilhamento de despesa de uso de equipamentos de conexão e transmissão do Complexo Caldeirão.

(**) Refere-se substancialmente ao contrato de mútuo firmado entre a Companhia e a sua controladora por meio da assunção da dívida em novembro de 2020, no montante de R\$ 95.317. Os mútuos serão pagos ao longo da operação da Companhia até o fim de sua autorização, sem a incidência de juros ou quaisquer correções monetárias. Abaixo demonstramos a movimentação dos dois últimos exercícios:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	80.439	86.507
(-) Pagamentos	(5.851)	(6.068)
Saldo no final do exercício	74.588	80.439

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade. Essas transações são liquidadas sob demanda.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

Remuneração do pessoal chave da Administração (***)

Até junho de 2025, a remuneração dos diretores da Companhia foi paga pela controladora indireta Ibitu Energia S.A. A partir de julho de 2025, tais remunerações passaram a ser pagas pela controladora Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Em ambos os períodos, as despesas foram compartilhadas com a Companhia e com outras empresas do Grupo Ibitu por meio de reembolso, nos termos do Contrato de Compartilhamento de Despesas.

8. Ativo de direito de uso e Arrendamento

A Companhia possui contratos de arrendamento de terras para instalação e operação do parque de geração de energia eólica, com prazo alinhado à autorização de geração. Os pagamentos de arrendamento correspondem a 1,5% do faturamento proveniente da venda de energia elétrica ao longo de todo o período da autorização.

Embora os pagamentos sejam calculados com base no faturamento, a Companhia os classifica como fixos em essência, uma vez que tanto o preço de venda da energia quanto a quantidade contratada (MWh) estão preestabelecidos nos contratos de longo prazo, sem variações significativas esperadas. Assim, os componentes variáveis do faturamento não foram incluídos na mensuração inicial do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Ativo de direito de uso

Os saldos e a movimentação do ativo de direito de uso estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	1.772	-
Constituição	-	1.849
Ajuste de remensuração	23	-
Depreciação - 4,16% a.a.	(77)	(77)
Saldo no final do exercício	1.718	1.772

O ativo de direito de uso é depreciado linearmente pelo menor prazo entre o período do arrendamento e a vida útil estimada do ativo subjacente.

Arrendamentos

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa real WACC de 10,67% a.a. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Os saldos e a movimentação dos passivos de arrendamento estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	1.849	-
Constituição	-	1.849
Ajuste de remensuração	23	-
Ajuste a valor presente (Nota Explicativa nº 15)	288	197
Pagamentos	(199)	(197)
Saldo no final do exercício	1.961	1.849
Saldo do passivo circulante	194	167
Saldo do passivo não circulante	1.767	1.682

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de arrendamento possui o seguinte cronograma de vencimento:

Saldo devedor total em 31 de dezembro de 2025	Menos de um ano até 31 de dezembro de 2026	Entre um e dois anos 1º de janeiro de 2027 até dezembro de 2030	Após 2030
1.961	194	664	1.103

9. Provisão para desmantelamento

A Companhia reconhece provisão para os custos de desmantelamento e remoção do parque eólico ao final do prazo de autorização de geração, em atendimento às obrigações contratuais, regulatórias e ambientais.

A provisão é calculada com base em estimativa elaborada pela equipe interna de engenharia, a partir de estudos de mercado, que considera os custos necessários para desmontagem e restauração das áreas. No reconhecimento inicial, o valor da provisão é adicionado ao custo do ativo imobilizado correspondente. Subsequentemente, os efeitos de atualização monetária e de ajuste a valor presente são reconhecidos como despesa financeira no resultado do exercício.

As estimativas de custos são projetadas até o término do prazo de autorização, atualizadas pelo IPCA e descontadas a valor presente utilizando taxa real de desconto de 12,81% a.a. Essas premissas e estimativas são reavaliadas periodicamente pela Administração, com eventuais ajustes reconhecidos prospectivamente.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Os custos capitalizados no ativo imobilizado são depreciados linearmente ao longo do prazo remanescente de autorização.

	2025	2024
Saldo no início do exercício	114	90
Atualização financeira (Nota Explicativa nº 15)	72	75
Ajuste a valor presente (Nota Explicativa nº 15)	(67)	(51)
Saldo no final do exercício	119	114

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social de R\$ 13.545 encontra-se subscrito e integralizado pela Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A., representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, como segue:

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024	Percentual		Valor
	Ações ordinárias	do capital social	
Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.	13.545.481	100%	13.545
Total	13.545.481	100%	13.545

b) Destinação do resultado

Dos lucros líquidos apurados no balanço anual, desde que não haja prejuízos acumulados que absorvam os lucros, serão deduzidos: **(i)** 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social; **(ii)** importância para o pagamento do dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos acionistas, de acordo com proposta formulada pela Diretoria.

Em 2025, o lucro líquido de R\$ 3.395 (R\$ 1.591, em 31 de dezembro de 2024), foi totalmente absorvido pelos prejuízos acumulados, conforme segue abaixo:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	3.395	1.591
Absorção do prejuízo	(3.395)	(1.591)

11. Receita operacional líquida

	2025	2024
Suprimento de energia - terceiros	14.721	14.375
Suprimento de energia - partes relacionadas (Nota Explicativa nº 7)	10.255	2.379
Total receita bruta	24.976	16.754
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(162)	(109)
Cofins	(749)	(503)
Taxa de fiscalização	(47)	(43)
Total das deduções	(958)	(655)
Total	24.018	16.099

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Impacto de constrained-off (cortes involuntários de geração)

Durante o período, a receita operacional líquida da Companhia foi impactada pelo mecanismo regulatório denominado “constrained-off”. Esse fenômeno ocorre quando a operação de determinadas unidades geradoras é limitada ou interrompida por decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em razão de restrições operativas no sistema elétrico, como limitações na capacidade de transmissão, priorização de outras fontes de geração ou condições hidrológicas/técnicas específicas.

O “constrained-off” resulta na diminuição da geração de energia pelas unidades afetadas, impactando diretamente a receita da Companhia. No período, a Companhia foi impactada pela redução na geração, conforme a seguir:

2025		2024	
MWh (*) (**)	R\$ mil	MWh (*) (**)	R\$ mil
2.755	683	1.143	263

(*) Informação não-financeira não auditada.

Lei nº 15.269/2025 – Possibilidade de ressarcimento de curtailment

Em novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (originária da MP nº 1.304/2025), que introduz medidas de modernização do setor elétrico, incluindo a possibilidade de ressarcimento de valores relacionados a cortes involuntários de geração (curtailment/constrained-off).

Em 31 de dezembro de 2025, o MME abriu a Consulta Pública nº 210/2025 com proposta de termo de compromisso para compensação do constrained-off por razão elétrica e por confiabilidade referente ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025. O tema ainda se encontra pendente de deliberação. A Companhia está avaliando a adesão à repactuação prevista na lei, o que poderá resultar em recebimento de ressarcimento, dependendo da regulamentação complementar pela ANEEL e da opção efetivada, estimado em R\$ 314 (**). Até 31 de dezembro de 2025, não foi exercida qualquer opção de repactuação, e os saldos foram mantidos conforme as regras vigentes anteriores à lei.

(**) Melhores estimativas, sujeitas a alterações com o cálculo final realizado pelo ONS.

12. Custos de operação

	2025	2024
Custo com pessoal (Nota Explicativa nº 7) (**)	(858)	(1.473)
Serviços de terceiros e materiais com operação e manutenção	(1.262)	(853)
Serviços de consultoria em comercialização de energia (*)	-	(121)
Reembolso custos de compartilhamento Subestação (***)	(492)	(130)
Seguros	(78)	(79)
Impostos e taxas	(12)	(8)
Ajuste de inventário	-	(10)
Outros custos	123	(31)
Total	(2.579)	(2.705)

(*) Gerenciamento do portfólio de energia, com o objetivo de proteger a Companhia de riscos de preços do PLD no submercado sudeste (Nota Explicativa nº 7). A oscilação do custo dessa rubrica está relacionada, e é inversamente proporcional, às diferenças de preços de PLD entre submercados ocorridas mensalmente ao longo do ano.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

()** Redução nos custos com pessoal - a redução nos custos com pessoal no período decorre principalmente de duas iniciativas implementadas pelo Grupo:

- Revisão do contrato de compartilhamento de despesas e custos administrativos com demais empresas do Grupo, com realocação mais eficiente de encargos e otimização da divisão proporcional de despesas comuns; e
- Terceirização do Centro de Operações Integradas (COI) do Grupo, transferindo atividades operacionais e de monitoramento para prestador de serviços especializado, o que resultou em menor alocação de despesas com folha de pagamento e encargos trabalhistas diretos.

Essas medidas contribuíram para a melhora na eficiência operacional e na redução de custos fixos relacionados à gestão e operação das unidades geradoras.

(*)** A variação decorre de revisão dos custos necessários para o desenvolvimento da Subestação do Complexo Caldeirão.

13. Compra de energia elétrica

Para o cumprimento dos contratos de venda de energia incentivada, mencionado na Nota Explicativa nº 1 (c), a Companhia firmou contratos de compra de energia elétrica com partes relacionadas e com terceiros, com objetivo de suprir a obrigação contratual de entrega de energia, conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
Compra de energia elétrica - partes relacionadas (Nota Explicativa nº 7)	(11.617)	(5.871)
Total	(11.617)	(5.871)

O aumento da necessidade de aquisição de energia elétrica para o cumprimento do contrato de venda decorre diretamente dos efeitos do *constrained-off* na geração eólica da Companhia, que reduz a energia efetivamente disponibilizada, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 11.

14. Encargos de uso da rede elétrica

Os encargos de uso da rede elétrica referem-se ao Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), pago mensalmente às concessionárias de transmissão.

Os valores reconhecidos como despesa operacional nos exercícios foram os seguintes:

Exercício	Valor
2025	(2.053)
2024	(1.822)

O valor do EUST é calculado com base no Montante de Uso do Sistema de Transmissão (MUST) contratado, multiplicado pela Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), a qual é atualizada anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Adicionalmente, nos termos da Lei nº 9.427/1996, a Companhia beneficia-se de redução de 50% na TUST, em razão da potência injetada no sistema de transmissão ser inferior a 30 MW (*).

(*) Informação não-financeira não auditada.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

15. Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira de equivalentes de caixa e caucões e depósitos vinculados (caixa restrito)	189	251
Ajuste a valor presente sobre provisão para desmantelamento (Nota Explicativa nº 9)	67	51
Ajuste a valor presente sobre ICMS diferido	1	-
Total	257	302
Despesas financeiras		
IOF, taxas, comissões e fianças bancárias	(6)	(5)
Ajuste a valor presente sobre passivo de arrendamentos (Nota Explicativa nº 8)	(288)	(197)
Ajuste a valor presente sobre passivo de licença ambiental de operação	(15)	(20)
Atualização financeira sobre passivo de licença ambiental de operação	(5)	-
Atualização financeira sobre ICMS diferido	(8)	-
Atualização financeira sobre provisão para desmantelamento (Nota Explicativa nº 9)	(72)	(75)
Outras despesas financeiras	-	(14)
Total	(394)	(311)
Resultado financeiro líquido	(137)	(9)

16. Imposto de renda e contribuição social correntes

	2025	2024	
Receita bruta (Nota Explicativa nº 11)	24.976	16.754	
Total receita bruta	24.976	16.754	
IRPJ			
Alíquota da base	8%		
Base de cálculo do IRPJ	1.998	1.340	
Alíquota nominal	15%	(300)	(201)
Alíquota adicional	10%	(176)	(109)
Total IR sobre receita bruta	(476)	(310)	
Base receita financeira (regime de caixa)	202	284	
Alíquota nominal	15%	(30)	(43)
Alíquota adicional	10%	(20)	(28)
Total IR sobre receita financeira	(50)	(71)	
Total final IR a pagar	(526)	(381)	
Total receita bruta	24.976	16.754	
CSLL			
Alíquota da base	12%		
Base de cálculo da CSLL	2.997	2.011	
Alíquota	9%	(270)	(181)
Total CSLL sobre receita bruta	(270)	(181)	
Base receita financeira (regime de caixa)	202	284	
Alíquota	9%	(18)	(26)
Total CSLL sobre receita financeira	(18)	(26)	
Total final CSLL a pagar	(288)	(207)	
Total final IR/CSLL a pagar	(814)	(588)	

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências

A Companhia avalia periodicamente suas demandas judiciais e administrativas, com o apoio de assessores jurídicos externos, classificando-as conforme a probabilidade de perda (provável, possível ou remota), em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisões são constituídas apenas quando a perda é avaliada como provável, há uma obrigação presente decorrente de evento passado e o valor pode ser estimado com razoável confiabilidade.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram constituídas provisões para demandas judiciais ou administrativas, uma vez que não foram identificadas contingências com probabilidade de perda classificada como provável.

a) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia era parte em processos judiciais e administrativos nos quais a Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, avalia a probabilidade de perda como possível. Nesses casos, não foram constituídas provisões.

A seguir, as ações judiciais com prognóstico de perda possível em 31 de dezembro:

Resumo do processo	Tipo de processo	Esfera	2025		2024	
			Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)
Procedimento arbitral - Pedido contraposto (**)	Arbitragem	Arbitragem	-	-	1	R\$ 31.156
Ações judiciais com associações setoriais, questionando cobranças do setor elétrico	Regulatório	Judicial	3	Sem valor atribuído (*)	1	Sem valor atribuído (*)
Auto de infração por alegadas não-conformidades relacionadas ao evento "apagão" de 15/08/2024	Regulatório	Administrativa	1	R\$ 129	-	-
Reclamação trabalhista em que é pleiteado o pagamento de adicional de periculosidade	Trabalhista	Judicial	1	R\$ 368	-	-

(*) Processos sem valor econômico envolvido.

(**) Encerramento de discussão arbitral

Em 27 de abril de 2020, a Companhia, em conjunto com outras empresas do Grupo Ibitu, iniciou um procedimento arbitral contra um fornecedor, pleiteando o pagamento de danos, multas e indenizações, em montante superior ao da demanda contraposta que, em 31 de dezembro de 2024, correspondia a 31.156 (classificado à época como passivo).

Em 17 de junho de 2025, o Tribunal Arbitral proferiu sentença que acolheu parcialmente os pedidos de ambas as partes, o que ensejou em compensação dos valores, não restando à Companhia valores a receber ou a pagar.

18. Instrumentos financeiros

A Companhia está exposta principalmente a risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos adiante poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A Companhia, a partir da estrutura corporativa do Grupo Ibitu Energia (Controladora indireta), detém estrutura e política de gerenciamento de riscos, envolvendo Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Riscos e Compliance.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

a) Fatores de risco financeiro (gerenciamento de risco)

i) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de inadimplência por contrapartes, impactando as receitas da Companhia. Esse risco é gerenciado pela controladora.

Para 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o risco de crédito da Companhia relaciona-se à capacidade de as instituições financeiras honrarem com seus compromissos. Nesse sentido, os recursos são aplicados em instituições de primeira linha.

A geração de energia da usina será entregue a agente de comercialização por meio de contrato de energia incentivada. O risco está associado a eventuais inadimplências no pagamento do contrato. Entretanto, a Companhia não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência.

ii) Risco de escassez de vento

Esse risco decorre da variabilidade natural dos ventos, que pode reduzir a geração de energia abaixo do volume contratado, impactando receitas e eventualmente gerando obrigações de compra de energia para suprir contratos de venda. A Companhia mitiga esse risco por meio de contratos de longo prazo com energia assegurada ajustada e monitoramento contínuo da performance eólica.

iii) Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é analisado no nível de sua controladora para posterior investimento em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados e/ou liquidez suficiente.

A seguir são demonstrados os fluxos de caixa contratados e não descontados.

	Saldo devedor total em 31 de dezembro de 2025	Menos de um ano - até 31 de dezembro de 2026	Entre 1º de janeiro de 2027 e 31 de dezembro de 2030	Após 2030
Fornecedores	84	84	-	-
Total	84	84	-	-

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui operações de risco sacado.

iv) Estimativa do valor justo

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em transação não forçada entre participantes de mercado na data de mensuração.

Os saldos contábeis de contas a receber, fornecedores, partes relacionadas e arrendamentos aproximam-se substancialmente dos valores justos, em razão de seus prazos curtos ou indexação a taxas de mercado. Não é necessária divulgação adicional de estimativas de valor justo.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

v) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir são apresentados e classificados os principais instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	2025	2024	Nível	Classificação por categoria
Ativos financeiros, conforme balanço				
Circulante				
Conta corrente (caixa e equivalentes de caixa)	15	17	-	Custo amortizado
Aplicações financeiras (caixa e equivalentes de caixa)	2.120	1.609	1	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	1.082	847	-	Custo amortizado
Adiantamentos a fornecedores	1	18	-	Custo amortizado
Despesas pagas antecipadamente	21	25	-	Custo amortizado
Total	3.239	2.516		
Não circulante				
Contas a receber de clientes	1.471	1.809	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	73	-	-	Custo amortizado
Total	1.544	1.809		
Total ativos financeiros	4.783	4.325		
Passivos financeiros, conforme balanço				
Circulante				
Fornecedores	84	98	-	Custo amortizado
Arrendamentos	194	167	-	Custo amortizado
Licenças ambientais de instalação e operação	80	75	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	7.361	6.079	-	Custo amortizado
Total	7.719	6.419		
Não circulante				
Arrendamentos	1.767	1.682	-	Custo amortizado
Licenças ambientais de instalação e operação	59	113	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	67.235	74.371	-	Custo amortizado
Total	69.061	76.166		
Total passivos financeiros	76.780	82.585		

Todos os instrumentos são classificados ao custo amortizado, exceto aplicações financeiras e cauções vinculadas (valor justo por meio do resultado). A hierarquia de valor justo segue o CPC 46: Nível 1 (cotações em mercados ativos).

vi) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	2025	2024
Conta corrente e aplicações financeiras de curto prazo (caixa e equivalentes de caixa)	2.135	1.626
Total	2.135	1.626

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

b) Riscos regulatórios

A atividade da Companhia está sujeita à regulação e à fiscalização da ANEEL. Alterações no arcabouço regulatório, nos procedimentos operativos ou nas diretrizes de planejamento e operação do sistema elétrico podem impactar de forma relevante o desempenho operacional e financeiro da Companhia.

Nesse contexto, a Companhia identifica o *constrained-off* como um dos principais riscos regulatórios, operacionais e financeiros atualmente observados no setor. O *constrained-off* decorre de determinações do ONS, que restringe a geração das usinas em função de limitações estruturais do sistema, tais como insuficiência de capacidade de escoamento da transmissão, condições operativas específicas, critérios de confiabilidade e segurança do sistema.

A recorrência do *constrained-off* tem gerado discussões no âmbito regulatório e institucional, com reflexos diretos sobre a previsibilidade de receitas dos empreendimentos de geração e sobre a percepção de risco do mercado, influenciando decisões de investimento, financiamento e estruturação contratual. Movimentos em curso se encontram em fase de deliberação, sem garantia de solução definitiva ou uniforme para todos os agentes.

O risco associado ao *constrained-off* é monitorado continuamente pela Companhia por meio da análise das condições de operação do sistema elétrico, acompanhamento dos relatórios e comunicados do ONS, avaliação das projeções de despacho e do planejamento da expansão da transmissão, bem como do acompanhamento da evolução regulatória junto à ANEEL e demais órgãos setoriais.

19. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar apólices para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Nas contratações de seguros a Companhia é auxiliada por corretores que possuem expertise do mercado e lhes dá um parâmetro de *benchmarking* para o desenho das apólices.

A Controladora indireta da Companhia, a Ibitu Energia S.A., detém ainda uma apólice de seguro de responsabilidade civil para cobertura de responsabilidades da Administração (diretores e executivos), da modalidade de seguro D&O (*Directors and Officers*) que abrange todas as Companhias do Grupo Ibitu Energia.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Itens/Bens segurados	Riscos cobertos	Montante de cobertura (R\$)	Vigência
Ativo imobilizado	Riscos operacionais - danos materiais, quebra de máquinas / danos elétricos e outros.	100.000	até 07/04/2026
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil geral - operações amplas	10.000	até 07/04/2026
D&O	R.C. de Administradores e Diretores (D&O)	120.000	até 10/05/2026

As premissas de risco adotadas para a contratação de seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

* * *